



mosteiro

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE POMBEIRO



1. O Mosteiro na Época Medieval

O Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, situado no concelho de Felgueiras, foi um dos mais importantes mosteiros beneditinos de Entre-Douro-e-Minho, em riqueza e programa construtivo. A escolha do lugar para a sua implantação mostra, ainda hoje, o quanto as comunidades monásticas procuraram construir nas melhores terras agrícolas, em áreas baixas, onde havia agricultura de regadio e abundância de água. A mais antiga referência documental que se conhece relativa a Pombeiro data de 1099, registando a existência de um *Cenovio Palumbario*¹. No entanto, é ainda mais significativo para o conhecimento da história desta casa monástica, o documento datado de 10 de Fevereiro de 1102 respeitante a uma doação que o fundador D. Gomes Echiegues e sua mulher Gontroda fazem em favor do seu Mosteiro de Pombeiro.



1. O Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro foi um dos mais importantes mosteiros beneditinos de Entre-Douro-e-Minho.

¹ MOREIRA P^o Domingos A – «Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altomedievais», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2^a série, vols. 5/6, Porto, 1987-88, p. 50.

A família que detinha o padroado do Mosteiro era a dos Sousões, família poderosa de infanções e ricos-homens, cujos chefes de linhagem desempenharam frequentemente o cargo de mordomo-mor da corte² e que foi a primeira donatária das Terras do Sousa, desde D. Gomes Aciegas até Gonçalo de Garcia de Sousa (1250-1286), o último Sousão e governador desta Terra.

Em 1 de Agosto de 1112, D. Teresa concede Carta de Couto ao Mosteiro, tornando-o terra privilegiada com justiça própria na pessoa do seu abade³.

A tradição atribui uma fundação mais antiga a Santa Maria de Pombeiro, recuando a data ao ano de 1059. Apesar deste documento ter sido considerado como falso por Alexandre Herculano, continua a ser citado como autêntico. J. A. Coelho Dias já esclareceu que o documento foi forjado intencionalmente pela comunidade monástica, com o objectivo de comprovar a antiguidade do seu mosteiro e os respectivos direitos⁴.

Pombeiro insere-se num território onde se implantaram outros mosteiros beneditinos. Na mesma região foram construídas, durante a Idade Média, outras casas monásticas que adoptaram a Regra de São Bento, como São Salvador de Travanca (Amarante), São Miguel de Bustelo (Penafiel), O Salvador de Paço de Sousa (Penafiel), e São Pedro de Cête (Paredes).

Como é sabido, era nestes conjuntos monásticos que reis e nobres estadiavam e que os peregrinos dispunham de albergaria e de serviços assistenciais. É significativo notar que estes edifícios estão situados entre importantes vias medievais, uma que ia do Porto e se dirigia para Trás-os-Montes pelo porto de Amarante, e outra que da Beira, por Lamego, atravessando o Douro em Porto de Rei, se encaminhava para Guimarães e Braga. «Deste modo, o Mosteiro de Pombeiro ficava no epicentro geográfico desses caminhos constituindo um pólo de apoio para os viajantes e peregrinos»⁵.

Graças às doações da família que detinha o padroado e às dádivas dos fiéis, Pombeiro tornou-se num núcleo poderoso, estendendo as suas propriedades até Vila Real. De tal maneira foi dotado de bens imóveis e de padroados, que chegou a contar com um total de 37 igrejas das quais tinha o direito de apresentação e de onde colhia rendas e dízimos, somando um rendimento anual de 25.000 cruzados, património que fazia desta instituição um cobiçado potentado⁶.

Este enriquecimento foi decisivo para a construção de uma tão monumental e imponente igreja. Parece ter sido no governo do D. Abade Rodrigo (1252-1276) que o Mosteiro atingiu o seu auge arquitectónico. A este abade se atribui a construção da desaparecida galilé onde estavam pintadas as armas da antiga nobreza de Portugal, segundo registou Frei Agostinho de Santa Maria.

A construção da igreja tal como hoje se apresenta, apesar de muito reformada nos séculos XVII e XVIII, corresponde à obra da Época Românica, provavelmente iniciada no último quartel do século XII, mas só terminada nas primeiras décadas do século XIII. Assim parecem indicar a tipologia da rosácea da fachada ocidental e a escultura e alçado do portal ocidental.



2. As reformas da Época Moderna não alteraram significativamente o núcleo construído.



3. A localização do Mosteiro mostra, ainda hoje, como as comunidades monásticas procuraram construir os seus mosteiros nas melhores terras agrícolas.

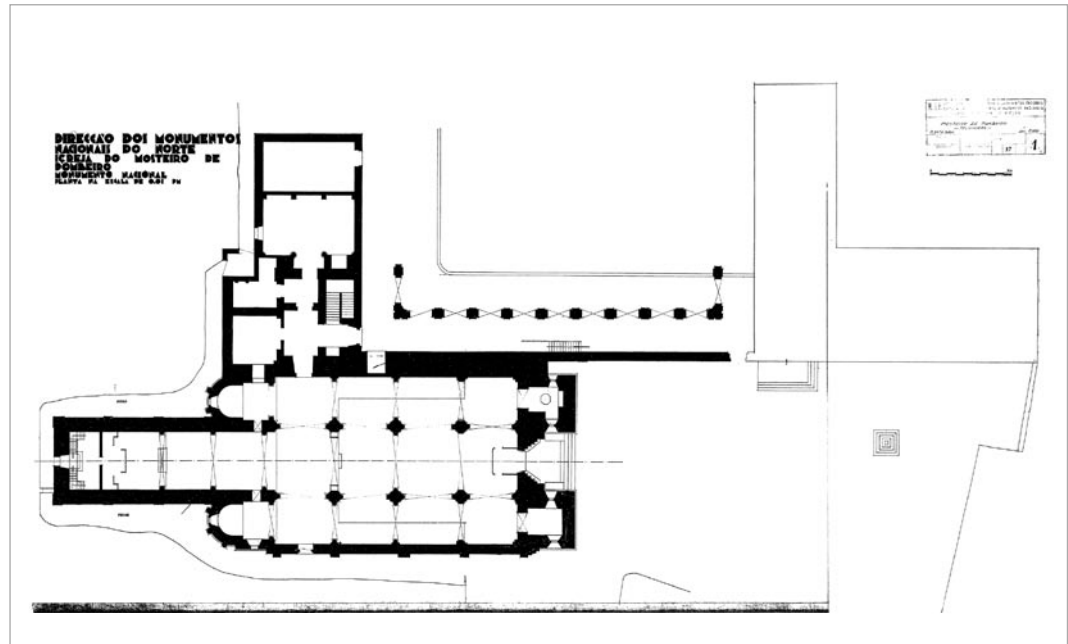
2 LENCART, Joana – *O Costumeiro de Pombeiro. Uma comunidade Beneditina no século XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 46-47.

3 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – «O Mosteiro de Pombeiro e os beneditinos nas origens de Felgueiras». *Felgueiras – Cidade*. Ano 1, nº 1. Felgueiras: Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Felgueiras, Junho de 1993, p. 44.

4 IDEM, *ibidem*, p. 44.

5 IDEM, *ibidem*, p. 44.

6 LENCART, Joana – *O Costumeiro de Pombeiro. Uma comunidade Beneditina no século XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 47.



4. Planta.

O edifício da igreja é o único, em todo o conjunto monástico, que manteve em grande parte a estrutura da construção românica. À fachada ocidental do templo foram acrescentadas duas torres que, segundo a documentação, já estavam erguidas em 1629. Esta alteração poderá estar relacionada com a ruína da galilé, construção destinada a espaço funerário, como veremos.

O cronista da Ordem de São Bento, Frei Leão de São Tomás dá-nos notícia, na sua obra *Benedictina Lusitana* editada em 1651⁷, da existência de uma aparatosa galilé de três naves, abobadada em pedra, que já estaria em ruína em 1578. Esta notícia, e a respectiva menção de nela constarem todas as armas da antiga nobreza de Portugal, será repetida por Frei Agostinho de Santa Maria em 1712, como já foi visto, e por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck em 1762⁸ muito embora estes autores se limitem a transcrever a descrição de Frei Leão de São Tomás.

O *Inquérito à Vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga*, realizado em 1568, por ordem do Cardeal Dom Henrique, dá conta da existência daquele espaço funerário e do seu estado: «*Na entrada deste mosteiro na porta principal está uma galilé de três naves muito alta e formosa, mas encontra-se em mau estado, sem madeira nem telha, quase arruinada*»⁹.

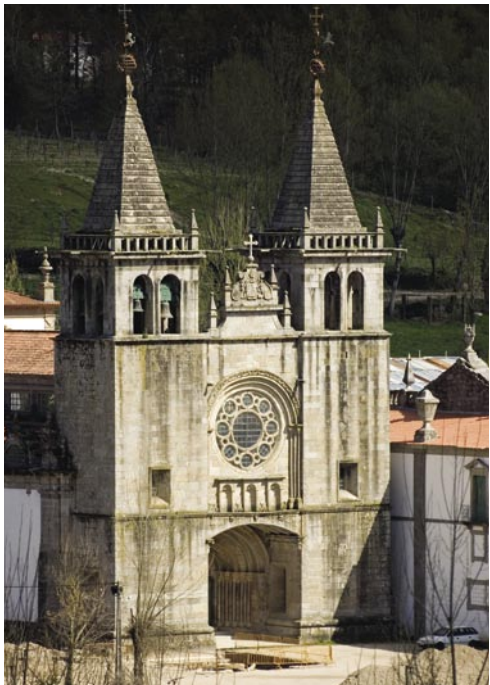
João de Barros na *Geografia de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes* [1549] apenas informa que «*jazem alli muitos fidalgos (...) desde a era de Mil e cento para diante è o templo. He de tres naues e de muito boas capellas (...)*»¹⁰.

7 SÃO TOMÁS, Frei Leão de – *Benedictina Lusitana*. Vol. 2, com Introdução e notas de José Mattoso, Lisboa, 1974 (1ª ed., Lisboa, 1644-51), p. 77.

8 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Vol. II. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992, p. 250.

9 FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo – *Inquérito à vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. "Actas do II Encontro sobre História Dominicana", Tomo III. Porto: Arquivo Histórico Dominicano, 1987, pp. 161-206.

10 BARROS, João de – *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Typografia Progresso, 1919, p. 75 (1ª ed., [1549]).



5. Apesar das reformas da Época Moderna, a estrutura da igreja corresponde à construção românica, com exceção da capela-mor edificada 1770.



6. Nave da Epístola. Ao fundo da nave, o absidiolo, de planta semicircular corresponde à construção românica original.

O *Inquérito* de 1568 não deixa dúvidas quanto à existência da *gallé*, mas fará sentido interrogar a sua aparatosa monumentalidade sugerida pela descrição de Frei Leão de São Tomás, sempre muito encomiástico relativamente às casas monásticas da sua Ordem. A repetição daquela descrição noutras obras da Época Moderna e a sua aceitação por parte dos autores que sobre o assunto já se debruçaram, influenciam as nossas expectativas quanto à sua dimensão e aparato.

Não faltam exemplos, na arquitectura românica portuguesa, de vestígios ou de notícias relativas a estas ante-igrejas de função funerária. No Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel) existiu um *corporal*, anexo à fachada norte da igreja. Em Santa Cristina de Serzedelo (Guimarães) conserva-se a totalidade de uma ante-igreja funerária e um semelhante espaço coberto existia em Sanfins de Friestas (Valença), anteriormente ao restauro que o demoliu em 1935. Há vestígios de *galilés* fronteiras à fachada, em São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira) e em Freixo de Baixo (Amarante). Todos estes exemplos reportam-se a igrejas de uma só nave, desde logo de programa construtivo menos grandioso do que Pombeiro e que apenas cobrem de abóbada de pedra a cabeceira, reservando a cobertura de madeira, menos onerosa e que menos conhecimentos requer, para o corpo da igreja e para a *gallé*.

Já em Santa Cruz de Coimbra, antes da reforma da época manuelina, D. Afonso Henriques e D. Sancho I estavam tumulados no nártex porticado e abobadado da torre, que antecedia o portal da igreja daquele mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, fundado em 1131.

Em Santa Maria de Alcobaça, o panteão régio estaria também construído à entrada do templo, junto à porta principal. Segundo J. C. Vieira da Silva esta situação dos pórticos funerários foi mais habitual nos

mosteiros beneditinos e a própria designação de galilé, adoptada na Península Ibérica, reporta-se à sua função funerária. Era neste local que, nos mosteiros que adoptaram a Regra de São Bento, terminava a procissão ritual em memória da Paixão e Ressurreição de Cristo, realizada pelos monges ao Domingo. Depois de terem percorrido as alas do claustro saíam por uma porta de comunicação para o pórtico fronteiro à igreja, onde comemoravam a última aparição de Cristo aos Apóstolos, num monte da Galileia, antes da Ascensão. Segundo o mesmo autor esse alpendre foi designado de *galilé*, em clara analogia com a crença da Ressurreição, no Juízo Final¹¹.

A localização exacta da celebrada galilé de Pombeiro é, pois, um tema em aberto, tanto mais que as recentes escavações arqueológicas a cargo do IPPAR, parecem revelar indícios da sua existência.

Deve ser notado, no entanto, que o espaço que as torres ocupam, no sentido longitudinal, corresponde exactamente a equivalente medida dos tramos da igreja, o que legitima a hipótese de a antiga galilé ter ditado a dimensão das torres, podendo estas terem sido construídas no exacto alinhamento dos alicerces do nártex.

A construção das torres entre finais do século XVI e o primeiro quartel do século XVII iria conduzir à reforma da fachada, com a finalidade de dar mais luz ao templo e de permitir a construção de amplo coro alto e respectivo órgão. No triénio de 1719/1722, o muro encaixado entre as duas torres e a respectiva rosácea, enquadrada em moldura de grande janela à maneira da Sé do Porto, foi deslocado para a frente, ficando alinhado com as torres, estruturando-se assim uma nova fachada, com nichos para imagens de *Nossa Senhora*, orago da igreja, e dos *São Bento* e *Santa Escolástica*, patronos da Ordem Beneditina, rematada por frontão ao gosto da época barroca.

No que diz respeito à cabeceira da igreja, a documentação garante que a capela-mor foi totalmente reconstruída em 1770. Contudo, o que mais interessa reportar aqui é o facto de sabermos que tal como os absidiolos, a abside românica era de planta semicircular. Em anterior reforma, ocorrida em cerca de 1722, havia sido demolida «a meia laranja, em que terminava a Capela mór antiga»¹².



7. Absidiolo sul. As cabeceiras com abside e absidiolos escalonados, de planta semicircular, são habituais nos programas das igrejas de três naves, do Entre-Douro-e-Minho.

As cabeceiras com capelas semicirculares, plenamente românicas, ter-se-ão afirmado na região do Entre-Douro-e-Minho no segundo quartel do século XII. Esta modalidade corresponde ao gosto teatralizado da nova liturgia romana que impõe uma outra profundidade a esses espaços.

O sistema de cabeceira com abside e absidiolos escalonados e semicirculares, interna e externamente, é mais frequente que o das capelas quadrangulares, nos programas construtivos das igrejas de três naves do século XIII.

No Entre-Douro-e-Minho, além do exemplo de Santa Maria de Pombeiro, pode encontrar-se aquele sistema de organização e cobertura da cabeceira nas igrejas dos mosteiros beneditinos de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), São Salvador de Travanca (Amarante), O Salvador de Paço de Sousa (Penafiel) e São Salvador de Ganfei (Valença). Acresce ainda que apresentam semelhante arranjo, a Sé Velha de Coimbra e a Colegiada de Santiago da mesma cidade, bem como apresentaria a Sé de Lisboa, anteriormente à construção do deambulatório no século XIV por vontade de D. Afonso IV, e na igreja de São Salvador de Castro de Avelãs (Bragança), posteriormente arruinada e depois restaurada.

11 SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003, p. 17.

12 MEIRELES, Fr. António da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942, p. 66.



8. Absidiolo. A cornija de arcaturas assentes em cachorros encontra paralelos nas igrejas dos Mosteiros de São Pedro de Ferreira e no Salvador de Paço de Sousa, entre outros templos românicos do Vale do Sousa.



9. Portal ocidental. O alçado e a escultura deste portal apresenta uma miscigenação de vários *dialectos* do românico de Entre-Douro-e-Minho.

Tal como em Pombeiro, em Rates, Paço de Sousa, Travanca e Ganfei, a abside românica foi alterada na Época Moderna, tendo-se mantido o essencial do primeiro tramo, recto, unicamente em Rates, Travanca e Paço de Sousa.

Uma vez que as igrejas de uma só nave representam 90% das igrejas românicas portuguesas¹³, os templos de três naves cuja construção românica chegou até aos dias de hoje são muito valorizados, e já assim o eram na cronística dos séculos XVI, XVII e XVIII, onde sempre se admira a grandeza das suas fábricas. No Entre-Douro-e-Minho, além das Sés do Porto e de Braga, apresentam três naves os já referidos exemplares de Ganfei, Rates, Travanca, Paço de Sousa e Pombeiro que, adoptando a mesma solução na cabeceira como atrás ficou dito, inscrevem o transepto no alinhamento do corpo das naves. Desta forma, o transepto apenas se nota em altura e/ou no comprimento do tramo.

Na cobertura das naves apresentam duas soluções distintas. Em Ganfei utiliza-se unicamente a madeira e, em São Pedro de Rates, é também essa a solução que hoje pode ser vista. No entanto, esta igreja terá sido inicialmente pensada para receber arcos-diafragma tal como a Sé de Braga, Travanca, Rates, Paço de Sousa e Pombeiro. Nestes exemplos os arcos-diafragma, transversais, estruturam as paredes e servem para apoiar as vigas dos telhados. Os pilares cruciformes, com meias colunas adossadas, recebem o peso dos arcos-diafragma e dos arcos formeiros.

Esta solução, que chega ao período gótico, é nortenha e tem poderosos antecedentes na arquitectura pré-românica¹⁴. A cobertura com arcos-diafragma compartimenta mais os tramos, tanto em altura como visualmente, divide o espaço e trava a entrada de luz. Por esta razão recorda o espaço vincadamente

¹³ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – «O Românico». In *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 79.

¹⁴ IDEM, *ibidem*, p. 79.



10. Compo□

mesma tipologia da igreja monástica de Paço de Sousa. A decoração da Época Barroca não alterou a estrutura das naves.

hierarquizado e escurecido, próprio de uma liturgia de mistério já patente na época visigótica e muito enfatizada na construção dos templos moçárabes.

A igreja do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro corresponde a uma tipologia, que apresenta três naves de três tramos, cabeceira escalonada composta por abside e absidiolos interna e externamente semicirculares e abobadados em pedra, cobre as naves com arcos-diafragma e madeira, divide-as com arcos formeiros assentes em pilares cruciformes aos quais se adossam colunas, inscreve o transepto na planimetria das naves, apenas notando-o na altura e ressaltando a sua volumetria no exterior, e apresenta nave central mais alta do que as colaterais, utilizando telhado de duas águas na primeira e de uma água nas segundas.

Além do exemplo de Pombeiro, as igrejas monásticas de Paço de Sousa (Penafiel) e Travanca (Amarante) correspondem a esta caracterização. Note-se que pertenceram todas a mosteiros beneditinos e que estão geograficamente próximas, patenteando algumas soluções construtivas e decorativas de um românico tardio, com aspectos já protogóticos nomeadamente na dimensão e na modinatura das rosáceas de Pombeiro e de Paço de Sousa, uma vez que a grelhagem desta última não pode servir de modelo comparativo por ser obra do restauro terminado em 1939.

Em Pombeiro, o portal axial é um exemplo de notável escultura no que diz respeito às arquivoltas, numa das quais se adopta aduelas com escultura própria de capitéis, na sequência dos portais da Sé de Braga e de São Pedro de Rates, onde este modo se forjou.

Segundo C. A. Ferreira de Almeida, Pombeiro constitui um imponente testemunho de arquitectura românica regional onde se miscigenaram todas as *nuanças* do românico minhoto e tardio do Sul do Lima: arquivoltas e palmetas de influência bracarense e temática floral já protogótica. Apesar das alterações ao longo do



tempo, a igreja de Pombeiro continua a ser um excelente testemunho da arquitectura românica onde se conjugam influências da Sé de Braga e da Bacia do Sousa.

As colunas do portal apoiam-se em plinto, solução que pode ser vista em outras igrejas românicas da região do Vale do Sousa. Os capitéis, de inspiração vegetalista e de magnífica execução, demonstram uma mão muito hábil no domínio da escultura em granito e representam o que de melhor se esculpiu nesta região. Têm semelhanças nas Igrejas do Salvador de Unhão (Felgueiras) e de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira). As impostas, constituídas por palmetas simplificadas, apoiam seis arquivoltas, três das quais demonstram modinatura protogótica, sendo as restantes caracterizadas pelos motivos esculpidos. Em alguns exemplares encontramos animais afrontados, do tipo bracarense. Outros apresentam palmetas e cabeças de animais de cujas bocas saem fitas, idênticas a um exemplar de Veade (Celorico de Basto), e outras ainda, de muito aprimorado relevo, apresentam decoração floral, bem saliente.

Nos trechos conservados da cornija românica, as arcaturas que a apoiam, assim como alguns cachorros, têm exemplos similares nas Igrejas de São Vicente de Sousa (Felgueiras), de São Salvador de Fonte Arcada (Póvoa de Lanhoso) e de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira). Também a organização exterior das capelas laterais tem semelhanças com os dois últimos exemplos mencionados.

Na fachada mantém-se a primitiva rosácea, bastante ampla, já protogótica, com estrutura idêntica à de Paço de Sousa e com um enquadramento semelhante à rosácea da Sé do Porto.

Já os alçados laterais, desenvolvem-se segundo os esquemas da Época Moderna, ou seja, mostram soluções cenográficas, típicas dos esquemas estimados na arquitectura e na decoração rococó.



12. Portal ocidental. Capitéis e aduelas das arquivoltas.



13. Portal ocidental. Capitéis.



14. Portal ocidental. Aduelas.



15. Portal ocidental. Aduelas.



16. Portal ocidental. O tema da primeira aduela – à direita do observador – que mostra um personagem na aresta da peça e dois animais que o engolem pelos pés, é um tema próprio de capitéis que, em Portugal, é adaptado às aduelas.



17. Portal ocidental. Aduelas.

1.1. A imagem de Santa Maria de Pombeiro

Enquadrada actualmente no retábulo-mor da igreja merece atenção a escultura da padroeira, *Santa Maria*, devotíssima imagem ainda durante os séculos XVII e XVIII, conforme garante Frei Agostinho de Santa Maria. Nessa época, esta imagem também designada de *Santa-Maria-a-Alta*, estava em altar próprio situado no corpo da igreja, do lado do Evangelho.

É uma escultura em madeira dourada e policromada, de consideráveis dimensões, apresentando a *Nossa Senhora* em pé, segurando o Filho no braço esquerdo, e que ostenta, na mão direita, um ceptro (colocado no século XVIII, quando se dourou de novo a imagem). O *Menino* está sentado no braço da Mãe em posição entronizada, revelando uma fisionomia quase adulta. É uma escultura que deve ser enquadrada na Época Gótica, talvez nos finais do século XIV, certamente bastante retocada em épocas posteriores. Embora a documentação garanta a existência de escultura de vulto no século XIII, fenómeno comum a outros países europeus, em Portugal foi no século XIV que esta escultura gótica atingiu o seu apogeu. O amplo incremento da produção gótica de escultura, tanto de vulto como retabular, deve ser enquadrado no fenómeno devocional da época. Se na Época Românica se rezava fundamentalmente diante das relíquias, na Época Gótica aquelas já não satisfazem as necessidades devocionais. Reza-se agora diante das imagens esculpidas ou pintadas.

Própria da Época Gótica e do gosto pela aproximação dos crentes às figuras sagradas, deste tempo, é a representação de *Nossa Senhora* em pé, segurando o *Menino*, habitualmente no braço esquerdo, tipo



18. O Coro-alto, inserido na arquitectura românica, é um elemento da Época Barroca de notável qualidade.

iconográfico que se designa de *eleousa* e que irá dar origem a variantes como a de *Nossa Senhora do Leite* já incluída esta, nas variações muito góticas da *Virgem da Ternura*.

1.2. A escultura funerária



19. Enquadrada no retábulo-mor da igreja, a imagem de Santa Maria de Pombeiro apresenta uma tipologia própria da escultura gótica.

A escultura funerária foi um domínio onde se registaram profundas inovações e onde se criaram peças de grande qualidade durante os últimos séculos da Idade Média.

A presença de um túmulo estava muitas vezes relacionada com legados testamentários que obrigavam à prática de ofícios comemorativos, ou seja, existia um compromisso da instituição religiosa que albergava o túmulo e que devia assegurar a sua conservação. Túmulos bem estimados e a lembrança dos defuntos, em ofícios dignos, eram garantia de que essa instituição continuaria a ser escolhida como local de derradeira morada, cativando assim cada vez mais legados testamentários.

Frei Leão de S. Tomás refere a propósito do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro que «*muita gente illustre daquelle tempo antigo escolheo sua sepultura no Mosteyro de Pombeiro, huns pella devação eu tinhão a Mosteyro tão insigne, outros pellos muytos suffragios que nelle se fazião cada dia pellos Defunctos & Bemfeitores*». O túmulo de um nobre particularmente destacado na sociedade podia garantir o desafogo económico de uma instituição monástica. A escolha do local da sepultura coincidia, muitas vezes com interesses transmitidos de geração em geração. A presença de túmulos dos antepassados, numa determinada instituição monástica, era também um sinal legitimador dos direitos patrimoniais, sendo a preservação dos monumentos encarada pelas novas gerações com redobrado interesse.

À entrada da igreja de Pombeiro, na zona protegida pelo coro alto, encontram-se dois sarcófagos armoriados cobertos com estátuas jacentes que segundo, Mário Barroca, podem ser atribuídos aos finais do século XIII e aos inícios da centúria seguinte.

As arcas faziam parte do importante núcleo funerário que outrora encontrava abrigo na galilé do Mosteiro, panteão da nobreza de Entre-Douro-e-Minho, onde repousavam alguns dos seus mais ilustres membros, posteriormente destruídas como foi mencionado anteriormente.

Um dos sarcófagos ostenta, na cabeceira, ocupando a secção do arcaz e da tampa, um escudo de armas com quatro palas. No lateral direito, encontra-se um relevo rectangular onde foi iconografado um cavaleiro «em seu corcel de batalha coberto de amplas galdrapas», que, «no braço esquerdo segura o broquel de combate» e «com a mão direita empunha a lança que conserva em riste, da qual pende o talão dos nobres do reino onde se divisa um escudo de armas caracterizado por quatro palas». As mesmas armas encontram-se também repetidas no punho da espada que o jacente segura e na parte inferior da sua bainha¹⁵. Segundo Armando de Mattos, essas armas poderão ser dos Nóbrega, dos Lima, ou dos Aragão. Manuel Luís Real entende que elas podem corresponder aos de Nóbrega ou de Lima. No entanto, D. Luiz Gonzaga de Lencastre e Távora defende de que se trata das armas dos Ribeiro.

Na tampa do túmulo há ainda um aspecto inédito e original, já que o nobre repousa sobre o leito coberto por um lençol pregueado.

¹⁵ Cfr. BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

Esta solução só viria a ser utilizada no segundo jacente de Pombeiro, permanecendo os dois casos isolados no panorama da escultura funerária portuguesa, recordando exemplos galegos onde devem ter ido buscar influências, segundo a opinião de Mário Barroca.

A estátua jacente do primeiro túmulo retrata um nobre já de certa idade, com cabelos longos e ondulados e barba tratada de forma semelhante, cuja cabeça repousa sobre uma dupla almofada. Este nobre traça vestes civis com túnica e capa, apresentando a primeira um pregueado vertical e paralelo, e a segunda, pregas curvilíneas, onde se detecta uma preocupação mais realista.

Encontra-se calçado e ostenta esporas compridas, à boa maneira medieval. Os seus pés estão figurados no mesmo sentido, ambos voltados para o lado esquerdo, acompanhando o volume em duas águas onde o jacente foi esculpido, e estão pousados sobre uma almofada. Ao centro da figura foi representada uma longa espada, que o defunto segura com ambas as mãos. Esta arma apresenta um pequeno brasão no terminal do circular do punho, motivo que se volta a repetir na protecção metálica da bainha da espada. O segundo jacente, mais tardio, deixa transparecer a influência do primeiro exemplar, podendo ter sido talhado pelo mesmo artista. Na arca está esculpido, em placa rectangular e em baixo-relevo, um nobre a cavalo. O animal possui gualdrapas e o cavaleiro segura uma lança em riste, com pendão. Apesar das semelhanças com o primeiro arcaz, este difere em alguns detalhes. O pendão não possui uma arma heráldica e o tema esculpido foi repetido nas duas faces laterais do arcaz. Em solução semelhante ao outro jacente, este apresenta, na cabeceira e ocupando a secção do sarcófago e da tampa, um escudo de armas, onde se divisam cinco flores-de-liz.

A estátua jacente foi concebida a partir de uma tampa com volume em duas águas, recordando o outro exemplar de Pombeiro. Também aqui o artista retratou o nobre jazendo sobre um leito coberto com um lençol, observando-se o mesmo tipo de pregas. Como visto anteriormente, há elementos comuns entre as duas obras, levando-nos a pensar que foram concebidas pelo mesmo artista, apesar de este segundo jacente ter características que o singularizam.

A posição do jacente é pouco comum, já que o nobre não se encontra deitado em decúbito, como é habitual na maioria dos jacentes portugueses, mas repousa apoiando-se sobre o lado esquerdo. Esta estátua é considerada de menor qualidade do que a primeira, não possuindo tantos detalhes nem demonstrando uma modelação tão cuidada.

A figura foi retratada com a cabeça apoiada em dupla almofada, trajando vestes civis e longas, tratadas com um pregueado sumário. O seu braço esquerdo encontra-se flectido, e a mão direita segura uma espada longa, pela sua bainha.

Outra novidade deste jacente é o facto da arma não se encontrar deposta sobre o corpo mas antes colocada ao lado deste, sobre o lençol que cobre o leito. Uma vez mais os pés foram representados calçados e com esporas, ambos voltados para o mesmo lado, acompanhando o volume em duas águas da peça em que o jacente foi talhado.

Conforme o autor que temos vindo a seguir, as armas representadas na secção da cabeceira deste monumento permitem uma identificação segura de quem ali jaz. Segundo Manuel Real deverá tratar-se do sepulcro de D. João Afonso de Albuquerque, 1º Conde de Barcelos que, conforme registou Assunção Meireles, teria escolhido o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro para a sua derradeira morada, tendo deixado testamento datado de 1304. Uma vez que as armas dos Senhores de Albuquerque são precisamente cinco flores-de-liz, tudo leva a crer que este túmulo seja do 1º Conde de Barcelos.



20. Arca tumular e jacente.



21. Arca tumular e jacente de D. João Afonso de Albuquerque, 1º Conde de Barcelos.

1.3. Epígrafes

Data de Maio de 1199 a inscrição funerária de D. Gonçalo, gravada em silhar hoje embutido na face da Epístola, junto da porta de acesso ao claustro onde se registou:

E(ra) M CC XXXVII [...] / MAII HIC REQUIESCE[t] [...] / GUNDISALVus Q (u) FUnDAV[it] [...]

Mário Barroca, o autor da leitura e do estudo desta inscrição¹⁶, considera que a data da epígrafe se revela fundamental para a identificação de D. Gonçalo, afastando a possibilidade de se tratar de D. Gonçalo Mendes de Sousa I ou de neto homónimo. O epitáfio de 1199 e a sua localização, no transepto do templo, indiciam que o referido D. Gonçalo desempenhou um papel fundamental na vida do Mosteiro, tendo sido um dos seus abades.

Segundo o mesmo autor, a expressão “*Qui Fundavit...*”, utilizada no epitáfio, ajuda a compreender a importância que D. Gonçalo teria tido para a comunidade monástica, fundando algo. Tendo em conta a cronologia transmitida pela inscrição é provável que o autor do epitáfio se reportasse ao lançamento da fábrica românica de Pombeiro, que veio reformar por completo o templo alti-medieval. Segundo esta hipótese, a obra românica de Pombeiro teria arrancado um pouco mais cedo do que supõem alguns autores, tendo-se iniciado já em fins do século XII, propiciada pelas doações que o Mosteiro ia recebendo. Os testemunhos mais antigos da reforma românica, correspondentes à iniciativa do Abade D. Gonçalo, deviam localizar-se na zona da capela-mor, que foi destruída pela reforma moderna, em cerca de 1722, não se conhecendo elementos sobreviventes. A obra românica de Pombeiro prolongou-se por muito tempo, entrando pela primeira metade do século XIII como documenta a rosácea e o portal ocidental.

295

Gravada em dois silhares de granito, embutidos na parede leste do transepto, na esquina com o absidiolo sul, conserva-se a inscrição comemorativa da deposição de Relíquias na igreja do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, onde se registou:

HEC / Sunt / RELIQuiE / QUE / HI (c) / SEDenT / PET(r)I / P(aul)I / ANDRE / IACOBI THOME

Esta inscrição, segundo Mário Barroca, deve ter sido gravada para comemorar e revelar a natureza das relíquias depositadas nos altares do Mosteiro¹⁷. Apesar de se tratar de uma inscrição não datada, aquele autor considera que a sua cronologia não se deve afastar muito dos finais do século XII, devendo ser associada à reconstrução românica que o Abade D. Gonçalo terá iniciado.

É ainda de referir a inscrição funerária alusiva a D. Vasco Mendes de Sousa, gravada na tampa da sua sepultura. Procedente da galilé funerária, foi recolhida no átrio junto do portal aquando da demolição da galilé. Aí se encontrava nos séculos XVII e XIX. No século XX passou para o interior da igreja encontrando-se hoje, à esquerda de quem entra, por baixo do coro-alto e encostada à parede norte da nave.

¹⁶ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português*. Vol. II, Tomo I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, pp. 542-545.

¹⁷ IDEM, *ibidem*, pp. 578-579.

VI : IDUS : MARTII : OB(iit) : DO(m)NUS : VELASC[us] / MENE(n)DI : FILI(us) : COMITIS : DONNI [Sic] /
MENENDI : E(ra) : MCC 2XXX

D. Vasco Mendes de Sousa era filho do Conde D. Mendo, o Sousão, e de D. Maria Rodrigues Veloso, segundo Mário Barroca, autor da leitura e do estudo desta inscrição. D. Vasco Mendes de Sousa não foi casado, mas teve descendência ilegítima. Deteve a tenência da Terra de Jales em 1224 e a tenência da Terra de Bragança entre 1233 e 1236.

Ainda segundo o mesmo autor são desconhecidos os motivos que levaram D. Vasco Mendes de Sousa a ser o único da sua geração, pelo menos dos que residiam em Portugal, a não ser tumultado em Alcobaça, no *Panteão* dos Sosas, como aconteceu com D. Gonçalo Mendes de Sousa II, falecido em 1243, D. Garcia Mendes de Sousa ou de Eixo, falecido em 1239 e D. Rodrigo Mendes de Sousa, falecido em 1262, todos presentes em Alcobaça, junto da Sala do Capítulo¹⁸.

1.4. A pintura mural

Em Pombeiro conservam-se dois programas de pintura mural, quer no absidiolo do lado do Evangelho, quer no absidiolo do lado da Epístola, para além das barras decorativas pintadas em arco desentaidado na nave, do lado sul.

Apesar de datarem dos inícios e da década de 30 do século XVI, estas pinturas murais acusam ainda soluções ao modo tardo-gótico embora mostrem, simultaneamente, o acolhimento das novas formas, à maneira do Renascimento.

O mau estado a que as pinturas da capela lateral do lado da Evangelho chegaram, impossibilita uma apreciação estilística adequada. No entanto, pelo que restou do programa, o tema poderá reportar-se a uma cena alusiva à vida de *São Brás* já que, de acordo com a lenda, o santo foi encontrado por caçadores, vivendo na selva com animais selvagens como ursos, leões e tigres, que havia domesticado. Opinião diversa é a de Luís Urbano Afonso que considera ser uma representação de carácter histórico, inspirada no ciclo do Antigo Testamento e referente ao *Sacrifício de Noé após o Dilúvio*. O conjunto de animais exóticos, à direita, é acompanhado, à esquerda, por um grupo de figuras humanas que estão ajoelhadas e seguram velas. São ainda visíveis, do mesmo lado, duas cabeças de cerdos, uma dentro de um cesto, e a outra presa, a tiracolo, à figura de Noé e que, segundo o mesmo autor, constituem uma referência aos animais sacrificados no holocausto pós-diluviano, em acção de graças pela protecção divina perante a destruição da restante humanidade¹⁹, embora Luís Afonso chame a atenção para a estranheza do recurso a cerdos uma vez que os animais sacrificados por Noé são, habitualmente, animais puros como pombas, cordeiros ou carneiros.

Crê-se, no entanto, que a representação das cabeças de cerdos poderá reportar-se a um dos milagres atribuídos a São Brás. Segundo a lenda que narra a vida deste santo, um lobo roubou a uma mulher pobre, um porco, animal que constituía a sua única riqueza, tendo o santo obrigado o lobo a devolver a presa.



22. Absidiolo norte. Pintura mural. Séc. XVI. Apesar do estado lacunar desta pintura, os vestígios remanescentes parecem referir-se a uma cena alusiva à vida de São Brás. É de salientar a representação dos animais, à direita.

18 BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. *Corpus Epigráfico Medieval Português*. Vol. II, Tomo I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, pp. 789-797.

19 AFONSO, Luís Urbano de Oliveira – *A Pintura Mural Portuguesa entre o Gótico Internacional e o Fim do Renascimento: Formas, Significados, Funções*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006, p. 310.

23. Absidiolo norte. Pintura mural.





24 e 25. Absidião abaciado de D. António de Melo (1526-1556).

Como voto de agradecimento, a mulher levou a cabeça e os pés do porco, assados, à prisão onde se encontrava São Brás. Acresce ainda dizer que a capela onde figura este programa está dedicada a São Brás, santo muito cultuado desde a Idade Média, por ser curador e taumaturgo.

Segundo Paula Bessa, as pinturas são certamente obra do século XVI, e é possível encontrar paralelos estilísticos com outras existentes no Norte de Portugal.

As pinturas da capela lateral do lado da Epístola encontram-se em melhor estado de conservação. Aqui são representados dois santos beneditinos que, pelas suas legendas, apesar de pouco legíveis, deverão corresponder a *São Mauro* e a *São Plácido*. Estes dois santos foram discípulos de São Bento de Núrsia, o fundador da Ordem Beneditina, sendo desta forma, representações adequadas a um mosteiro da Ordem. A representação de *São Plácido* está acompanhada, lateralmente, de um letrado que também não é inteiramente perceptível, no entanto é possível ler na primeira linha, apesar das lacunas, o seguinte: «(...) mill (?).(?) XXX I(?)» e nas linhas seguintes «(...)sñor dom/abade dom amtonjo de Mello a mãdou fazer».

Conforme indicia esta inscrição, as pinturas que representam os santos beneditinos terão sido realizadas no início do abaciado de D. António de Mello (1526-1556).

Se apenas perduraram estes vestígios, Frei Leão de S. Tomás, cronista do século XVII da Ordem Beneditina refere, na sua *Benedictina Lusitana*, a existência de outras pinturas murais entretanto desaparecidas, nomeadamente na sala do capítulo de temática alusiva a S. Gonçalo de Amarante, vestido com hábito beneditino.

Paula Bessa indica também, que as pinturas de Pombeiro estão estilisticamente próximas das de São Salvador de Bravães (Ponte da Barca), datadas de 1501 ou de 1510, e das da capela-mor da igreja de Santa Marinha de Vila Marim (Vila Real). Nestes exemplares, a sucessão de planos (um muro e, atrás, silhuetas de árvores) que funcionam como indicadores de profundidade do espaço, o modo de dese-



26. Portal sul (parcialmente entaipado). Pintura mural. As barras decorativas encontram afinidades nas igrejas de Vila Marim e Nossa Senhora de Guadalupe, ambas do padroado do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro e situadas no distrito de Vila Real.

nhar e sombrear os rostos, o desenho sumário das mãos, as barras decorativas de enquadramento e de enrolamentos são muito similares.

No entanto, em Pombeiro, parece haver um tratamento dos volumes mais cuidado. De acordo com estes paralelos estilísticos, é provável que todas estas pinturas mencionadas sejam resultado do labor da mesma oficina.

As barras decorativas remanescentes na portada parcialmente desentapada da nave, surgem também na decoração da capela-mor de Vila Marim.

As afinidades entre estes exemplares e os de Vila Marim (Vila Real), Guadalupe (Vila Real) e São Brás (Vila Real) levaram Paula Bessa a centrar no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, uma fonte de encomenda de pintura mural, que também abrangeu as igrejas do respectivo padroado²⁰. [LR]

2. O Mosteiro na Época Moderna

O Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro resulta de uma estreita harmonização de estruturas arquitectónicas medievais com acrescentos estruturais ou pontuais da Época Moderna. Anote-se ainda as renovações artísticas conferidas pela pintura mural do século XVI e pela arte da talha do século XVIII. O conjunto resulta na mais emblemática e representativa expressão artística do carácter dos monumentos românicos do Vale do Sousa: agregação e colagem de novos reportórios artísticos a estruturas medievais.

Na fachada da igreja, delimitada por duas imponentes torres construídas no século XVII²¹, rematada com as armas da Ordem Beneditina, onde as volutas, as pirâmides e os enrolamentos são tradutores da dinâmica barroca, mescla-se com o portal que traduz a herança medieval. Transformação mais profunda, da Época Moderna, é testemunhada no alçado lateral da igreja, sendo a monumentalização e aparato cénico a nota dominante. Aqui, um conjunto de pilastras marca o ritmo vertical dessa fachada de aparato, sobre as quais repousa uma estrutura arquitectónica de interessante desenho, cuja função foi transmitir luz ao interior das capelas da nave lateral. A luz, a iluminação do espaço, foi uma procura que obrigou à transformação dos sistemas construtivos de raiz medieval. É o melhor aferidor das renovações arquitectónicas barrocas e rococós. Os elementos mais significativos dessa composição são o jogo alternado de frontões curvos e interrompidos, cujo tímpano é em forma de vão permitindo a entrada da luz solar. A zona do falso transepto é testemunhada nessa fachada com um alteamento da composição, definindo como que uma fachada autónoma.

Ao flanco direito da fachada da igreja agrega-se o edifício de acesso às dependências monásticas, a Portaria do Mosteiro, sendo o seu portal principal enobrecido com um remate que é já tradutor da linguagem artística do neoclássico. Composto por dois pisos, abrem-se, no piso superior, uma teoria de janelas de sacada, nobilitadas pela alternância de frontões curvos e triangulares que permitiam aos

20 BESSA, Paula – «Pintura mural em Santa Marinha de Vila Marim, S. Martinho de Penacova, Santa Maria de Pombeiro e na Capela Funerária Anexa à Igreja de S. Dinis de Vila Real: Parentescos Pictóricos e Institucionais e as Encomendas do Abade D. António de Melo». Sep. de *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2), Série História 3, 2003, pp. 67-95.

21 No início do século XVIII Frei Agostinho de Santa Maria registava já a existência de duas torres na fachada: «*Todas as mais officinas daquelle Mosteyro se forão reedificando em forma, que não tem degenerado da sua antiga sumptuosidade, como são duas altíssimas torres aos dous ângulos do frontispício, de bem lavrada pedraria, regular proporção, e ordenada correspondência*». Ver SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora, E das milagrosamente apparecidas, que se venerão em o Arcebispoado Primas de Braga, & nos Bispados seus suffraganeos*. Tomo IV. Lisboa: Off. de António Pedrozo Galram, 1712, p. 70



religiosos assistir e participar nas manifestações festivas e do quotidiano extra-claustral que tinham lugar no Terreiro do Mosteiro.

O Terreiro, ou Rocio, é o espaço aberto dianteiro à igreja e Portaria. Por esta entrada tinha-se acesso directo aos espaços arquitectónicos que timbravam o quotidiano dos monges: tulha, sala do capítulo, enfermaria, livraria, refeitório e dormitório, onde se salientavam os aposentos do Prior. Estas plurais edificações eram o espelho das multi-funções dos religiosos e tinham como ponto fulcral da sua organização o claustro. Se era o centro nevrálgico do mosteiro, também o era simbolicamente. Era a verdadeira imagem do Paraíso Terrestre. Aí desfilavam os religiosos nos seus afazeres domésticos, como nas suas práticas espirituais e de depuração ascética. O claustro é sempre o coração material e espiritual da unidade monástica.

Na primeira década do século XIX, os mosteiros portugueses viveram tempos complicados devido ao período de instabilidade que assolou Portugal aquando das invasões francesas. Para as Ordens religiosas estes acontecimentos tiveram efeitos nefastos e, neste contexto, Pombeiro não deixa de ser atingido, sendo um dos Mosteiros da Congregação de São Bento mais afectados. As tropas francesas ao passarem por Pombeiro incendiaram o Mosteiro.

No dia 13 de Maio do ano de 1809, o Mosteiro sofreu um avassalador incêndio que viria a destruir grande parte das oficinas do complexo monástico, deixando-o à beira da ruína, exigindo-se obras de reparação profunda ao nível das estruturas arquitectónicas que nunca chegariam ao seu termo. A igreja ficou incólume ao flagelo. A parte mais atingida estendia-se à volta do claustro.

Logo de imediato os monges trataram de erguer as estruturas que pereceram. Mas os tempos já eram de declínio para as instituições monásticas de Portugal. E, embora os religiosos de Pombeiro estivessem ainda optimistas, como é revelador a empresa construtiva que encetam no claustro, a precipitação da conjuntura nacional não lhes permitiu acabar a empresa. E o claustro de Pombeiro permanece inacabado como sinal dos tempos, que culminaram na extinção das ordens religiosas masculinas em Portugal, no ano de 1834.

Uma das quatro alas que envolvia o claustro e que foi concluída, testemunha a dimensão do empreendimento. A sua arquitectura mergulha no repositório artístico do neoclassicismo.

Como elucidativo da dimensão da campanha de restauro após o incêndio, o registo documental do ano de 1819 esclarece que «*Fez-se a casa do capítulo, a da Livraria, a dos Hospedes, fez-se um terço do claustro segundo um risco aprovado dentre quatro, em que gastaram sete contos seis centos oitenta, e sete mil quinhentos, e quarenta reis (...) Consertou-se o Recibo, levantando-se as Tulhas sobre trez abobeadas de tijolo, e rompendo-se na parede trez frestas para vadear ar por baixo, e em redor das Tulhas afim de tirar a humidade que fazia inútil o antigo Recibo*»²².

O alçado concluído do claustro é dividido por dois pisos, tendo ao nível do rés-do-chão uma arcada composta por nove vãos em arcos plenos e, no segundo, existe de forma correspondente ao ritmo arquitectónico do primeiro piso, número igual de janelas de sacada, sendo estas rematadas por frontões triangulares e semicirculares. No último registo da fachada, um austero frontão triangular, apresentando no seu tímpano um brasão. A rematar o alçado, uma balaustrada que demarca o alinhamento das pilastras com urnas.

Uma unidade monástica como a de Pombeiro, habitada continuamente por religiosos desde a Idade Média até ao século XIX, é um conjunto arquitectónico que está em constante metamorfose. O aumento do número de efectivos que residiam na instituição, como a estruturação do seu poder económico baseado na posse e exploração da terra, contribuem para o aprofundar da influência do prestígio do Mosteiro na região que lhe está subjacente. Estes factores estão sempre aliados à justificação da renovação das obras de melhoramento ou de renovação artística e litúrgica.

E, numa instituição que está ao serviço de Deus, o maior investimento em melhoramentos plasmam-se na sua igreja. É importante salientar que o edifício da igreja monástica de Pombeiro é o que melhor faz a articulação entre o passado medieval que lhe ditou a forma da planta em três naves, falso transepto, abside e absidiolos, e o tempo em que o Mosteiro perdeu a sua centenária função. De forma orgânica, na espacialidade medieval foram sendo introduzidos novos reportórios artísticos, quer adaptando-a arquitectonicamente aos novos rituais litúrgicos, quer materializando transformações pela introdução de uma imagem visual mais moderna e actualizada à evolução contínua dos percursos das artes.

2. 1. O Mosteiro e a Ordem de São Bento em Portugal

A partir de finais da Idade Média, as instituições monásticas testemunham um clima de algum relaxamento na observação dos princípios que regravam a vida conventual, especialmente nas instituições que seguiam o estipulado nas Regras de S. Bento e de Santo Agostinho.

Os mosteiros continuavam a funcionar mas os monges entregavam-se a uma vivência sem motivações morais e espirituais. A prosperidade económica atingida por algumas casas dispensou os monges professos da obrigação do trabalho manual imposto pela Regra, ao mesmo tempo, que alguns membros

²² DIAS; Geraldo J. A. Coelho – «O Mosteiro de Pombeiro e os beneditinos nas origens de Felgueiras». *Felgueiras – Cidade*. Ano 1, nº 1. Felgueiras: Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Felgueiras, Junho de 1993, pp. 41-52.

das comunidades obtinham, inclusivamente, rendimentos pessoais de foros e tenças. O cumprimento da Regra, Estatutos e Constituições era negligenciado, impondo-se um clima de uma certa anarquia no quotidiano da vida monástica. Por exemplo, as práticas da Penitência, Confissão e Eucaristia não eram tão frequentes quanto deveriam ser, o que gerou uma imagem nada edificante junto das povoações que mais directamente lidavam com as várias comunidades monásticas. A crise moral das ordens religiosas estava instalada²³.

Neste contexto, o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro não constituiu excepção à regra: já em finais do século XIV eram frequentes as observações dos visitantes acusando os monges de práticas pouco dignificantes do seu estatuto, visíveis, nomeadamente, na ausência do cumprimento das horas canónicas e na criação do cargo de porteiro para impedir que mulheres entrassem no universo da clausura. Por outro lado, os abades que ciclicamente se encontravam à frente do Mosteiro, pouco empenhados na gestão dos seus bens, foram conduzindo a casa para um certo marasmo económico, situações que fizeram mergulhar Pombeiro numa conjuntura de crise, tal como se observa noutras casas beneditinas.

Já nos séculos XV e XVI surge outra situação que colabora para o quadro negro do estado das ordens religiosas: a colocação de pessoas seculares estranhas às comunidades como seus administradores principais, os chamados *abades comendatários*, leva a uma má condução das instituições gerando situações de desvio do património monástico e deturpação dos costumes religiosos. No plano do governo das instituições pelos comendatários, Pombeiro ressentia-se sobretudo na incúria da gestão do seu património construído, observando-se a negligência na reparação e manutenção dos edifícios, obrigando os professos a habitar em «*choupanas térreas cobertas de colmo, próximas da igreja para acudir ao Coro e Altar*». A gestão deste mosteiro por parte de comendatários terá começado por volta de 1427, terminando em meados do século seguinte com o governo de D. António, Prior do Crato²⁴.

A decadência do Mosteiro, enquanto conjunto material, acompanha o declínio da vivência espiritual. Uma descrição do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro do ano de 1568 transmite o estado em que se encontrava o património construído da instituição²⁵.

Do complexo construído, só a igreja apresentava alguma nobilitação artística, uma vez que *a capela-mor e as capelas do cruzeiro são todas abobadas e o restante corpo é de pedra de cantaria*. Na capela-mor encontrava-se um retábulo *muito bom e novo*. O coro andava em obras de reconstrução. Quanto à sacristia, sala do capítulo e claustro estavam *arruinados e velhos*. Relativamente ao dormitório, refeitório, hospedaria e enfermaria nem sequer existiam.

Segundo o *Inquérito à Vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga realizado em 1568*, a mando do Cardeal D. Henrique, e à provisão do Arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, toma-se nota desse estado de precaridade do Mosteiro.

A renovação das instituições monásticas era absolutamente necessária: uma situação que ocorreria já em pleno século XVI. Surgem novas instituições religiosas, e as antigas vêm-se obrigadas a reformar os seus costumes. Neste plano, o Concílio de Trento assumiu um papel determinante, dele resultando um conjunto de directrizes que providenciavam a supressão do governo das casas por abades comen-

23 DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal: Séculos XVI a XVIII*. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, 1960, pp. 33-66.

24 Cf. LENCART, Joana – *O Costumeiro de Pombeiro. Uma Comunidade Beneditina no Século XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 49-51.

25 Cf. FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo – «Inquérito à vida dos Mosteiros na arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires». In *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*. Tomo III. Porto: Arquivo Histórico Dominicano, 1987, pp. 161-206.

datários, a total proibição aos monges da posse de bens individuais, a regulamentação do processo de admissão de religiosos, o cumprimento da clausura absoluta, entre outros aspectos.

No sentido da reorganização da vida monástica e seguindo uma política administrativa centralizadora, é criada em 1566 a Congregação dos Monges Negros de S. Bento de Portugal, com sede na Abadia-mãe que era Tibães. Todos os mosteiros beneditinos portugueses estavam directamente dependentes das determinações tomadas naquela instituição, através do Capítulo Geral.

O Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro é integrado na Congregação a 14 de Setembro de 1569, logo após o Mosteiro de Redufe. Foi o terceiro a integrar a Congregação de S. Bento. A sua importância era reconhecida pois logo no ano de 1584, aí teve lugar o quinto Capítulo Geral. Porém, a eleição do primeiro abade trienal, D. Fr. Bernardo de Braga, só teve lugar em 1590. Com este novo estatuto, o de membro efectivo da Congregação, as principais obras de renovação tinham que ser determinadas e aprovadas pela Congregação. E as obras não tardaram, tendo-se desenvolvido de finais do século XVI e durante o século XVII, a reconstrução de velhas estruturas, e a construção de oficinas inexistentes, nomeadamente claustro e dormitórios, provocando uma qualificação das componentes do conjunto edificado que compunham a unidade monástica, determinando «uma alteração na traça do edifício»²⁶.

Na altura a comunidade era composta por sete monges e passou a ser governada por priores eleitos trienalmente. Vinte anos depois contava já com vinte religiosos. No século XVIII acolhia uma população de cerca de trinta monges. Todavia a partir de finais dessa centúria assiste-se a um declínio da vida monástica e conseqüente redução do número de efectivos. No ano de 1822 eram apenas oito os religiosos. O Mosteiro caminhava a passos largos para a sua extinção, que aconteceria no ano de 1834.

A acompanhar esta reorganização administrativa do século XVI, assiste-se a uma profunda reformulação dos espaços monásticos que atravessa toda a Época Moderna até ao desaparecimento da instituição.

303

2. 2. A renovação da igreja e da sacristia do Mosteiro

Três factos são determinantes na análise da igreja do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro: a permanência de uma planimetria herdada da Idade Média, com três naves, falso transepto e absidiolos; a obra em talha dourada e policromada que povoa esse espaço; e por último, o clima artístico alcançado através dessa articulação entre arquitectura e artes de interior.

Começando pelo clima artístico, e ultrapassado o imponente portal românico, é-se confrontado com um ambiente interior onde as notas dominantes são o dourado emoldurado por uma luz branca. O clima artístico que se respira é de um mensageiro eloquente da estética setecentista portuguesa e europeia. Um interior claro, onde a luz que produz a ambiência não é utilizada cenograficamente iluminando este ou aquele ponto do espaço sacro. Antes pelo contrário, as três naves do centenário edifício testemunham a mesma nota, sendo corroborada pela capela-mor. Ao ambiente velado, medieval, que a igreja transmitia na época da sua fundação, contrapôs-se um novo tratamento da ambiência. Para tanto foram rasgados vãos. No topo dos muros que limitam a nave central, ao nível da cornija, foi rasgada uma fresta longitu-

²⁶ DIAS; Geraldo J. A. Coelho – «O Mosteiro de Pombeiro e os beneditinos nas origens de Felgueiras». *Felgueiras – Cidade*. Ano 1, nº 1. Felgueiras: Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Felgueiras, Junho de 1993, pp. 41-52.



dinal, que é enfatizada na composição cénica do espaço com uma balaustrada de madeira, sobre uma cornija policroma. Nas paredes fundeiras do falso transepto foram rasgados óculos de recorte sinuoso e nas laterais da capela-mor amplos janelões. A procura da iluminação foi nota dominante que norteou essa intervenção na centenária arquitectura.

A sumptuosidade com que eram celebrados os ofícios litúrgicos no período barroco, obrigou ao aumento do principal cenário onde esses actos tinham lugar: a capela-mor. Quando, em 1726, Francisco Craesbeeck fez o seu registo sobre a Província de Entre-Douro e Minho, anotou que a capela-mor da igreja de Pombeiro havia sido alargada porque era de pequenas dimensões e tinham-lhe colocado duas janelas de cada lado para facilitar a entrada de luz, porque a «igreja era escura». Para resolver esse problema foram ainda abertas frestas nas naves e pintado o templo de branco, com o objectivo de a tornar semelhante a uma Sé²⁷. Recorde-se que a Sé de Braga, igualmente um edifício de estrutura medieval, havia passado já uma remodelação do seu espaço interior para a adaptar, cenograficamente, à estética barroca, num processo que se inicia à volta de 1710, pela vontade do seu arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles. Posteriormente, na década de vinte, assistimos à transformação da capela-mor da Sé Catedral do Porto, num processo que culmina no dealbar dos anos trinta. Esta transformação das capelas-mores foi um facto nas grandes instituições do Norte de Portugal.

Este processo de modernização ocorre em Pombeiro a partir de 1719-1721, quando ocupava a cadeira abacial Frei Bento da Ascensão e embora, ao longo de todo o século XVIII, as intervenções na igreja sejam contínuas, destacam-se dois ciclos de transformação da imagem da igreja: no primeiro terço do século XVIII, a adaptação da igreja à gramática barroca; a partir de 1760 a criação do clima rococó. O objectivo era claro: promover a dignificação do culto e a actualização do clima artístico da velha igreja

27 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Vol. II. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992, pp. 249-253.

medieval. Para o início das obras no ano de 1719, a Congregação de S. Bento concorreu com vinte moedas de ouro, ou seja, a bela quantia de 96.000 réis²⁸. Esperavam-se obras profundas.

Foi através do recurso às formas artísticas, com capacidade para alterar a leitura do espaço, que os monges de Pombeiro lançaram mão, concretamente à pintura ilusionista dos tectos, de que restam ainda os das naves laterais, e à arte da talha. De resto, o recurso à talha como forma de modernização e dignificação de espaços sacros medievais é uma prática bem alicerçada no Portugal pos-tridentino. Pois, como salienta Natália Marinho Ferreira-Alves, «a Igreja vai utilizar a arte como um dos mais poderosos agentes de difusão dos princípios tridentinos, visando a defesa da fé e dos dogmas do catolicismo. Portugal não tinha possibilidades de ombrear com os outros países católicos no campo das chamadas «artes maiores» – a vizinha Espanha incluída – mas encontrará na arte da talha uma forma original e vigorosa de aderir por um lado, aos novos formulários estéticos, e por outro, às directrizes contra-reformistas. A talha revestida a folha de ouro, que irá por vezes cobrir integralmente o interior das igrejas atraindo de maneira persuasiva os sentidos do crente, vai criar uma atmosfera mística ímpar na qual a ligação do Homem e Deus é algo que chega a tornar-se palpável»²⁹.

Se durante a primeira metade do século XVIII a igreja de Santa Maria de Pombeiro foi actualizando a sua imagem visual às formas artísticas mais avançadas no tempo, dessa transformação restam apenas alguns painéis de pintura nos tectos das naves laterais. De temática religiosa, cristológica e mariana, este conjunto pictórico traduz a estética que norteou as intervenções, sendo o único testemunho que subsiste dessa época. A partir de meados do século, a igreja vai adaptar-se ao vocabulário artístico épocal e veste uma outra roupagem, que felizmente ainda se pode observar, tornando-se num referencial da arte rococó a nível nacional. A coerência dessa transformação passa pela renovação do sistema de iluminação, dotação de novo conjunto retabular incluindo a capela-mor, capelas laterais e púlpitos, bem como pela construção da estrutura e gradeamento em talha do coro alto, incluindo órgãos e cadeiral. A timbrar essa renovação, que é acusada pelas peças que actualmente integram o espaço da igreja, destacam-se outros apontamentos como cartelas e grinaldas em talha que, de forma solta e livre, pintalgam as coberturas da igreja, como também a própria policromia aposta aos elementos arquitectónicos que enquadram as peças de madeira.

Tanto a forma como a policromia da igreja são testemunhos de uma intervenção programada pelos religiosos de Pombeiro quando pretendiam actualizar a imagem do seu templo às correntes artísticas mais avançadas da Europa. O investimento em obras de arte e a constante actualização é uma nota da elite intelectual que formava o escol dos religiosos de Pombeiro. Desta renovação levada a cabo na segunda metade do século XVIII atingiu-se um resultado superior do ambiente rococó em Portugal.

O artista mais proeminente desta metamorfose foi o reputado Frei José de Santo António Ferreira Vilaça³⁰, também ele monge beneditino. Filho do carpinteiro Custódio Ferreira, inicia-se na arte da madeira no

28 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – «O Mosteiro de Pombeiro e os beneditinos nas origens de Felgueiras». *Felgueiras – Cidade*. Ano 1, nº 1. Felgueiras: Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Felgueiras, Junho de 1993, pp. 41-52.

29 ALVES, Natália Marinho Ferreira – «De arquitecto a entalhador. Itinerário de um artista nos séculos XVII e XVIII». In *Congresso Internacional do Barroco. Actas*. Vol. I. Porto: Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, pp. 355 – 369.

30 SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, escultor beneditino do século XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian. Vols. I-II. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

Mosteiro de S. Martinho de Tibães a partir de 1757, onde acaba por professar cinco anos depois. Em Tibães teve oportunidade de contactar com a obra de talha da igreja projectada por outro grande expoente do rococó bracarense que foi André Ribeiro Soares da Silva³¹.

Foi como religioso beneditino que se consagrou artista, nomeadamente entalhador, escultor e arquitecto. Escreveu um invulgar diário, onde registou os acontecimentos principais que aconteceram na sua vida, onde se incluía toda a sua actividade, ao qual designou *Livro de Rezam*.

A principal atenção dedicou-a ao risco de retábulos para mosteiros do Norte de Portugal que pertenciam à Congregação de S. Bento. A sua mestria artística é fortemente influenciada pelas gravuras e tratados que divulgavam o ornamento de pendor vegetalista de recorte assimétrico, nomeadamente da França e da Alemanha, contando-se como o mais exímio artista que cultiva a linguagem rococó no Norte de Portugal. Inserido no ambiente artístico bracarense, onde se formou, absorveu essa forma de riscar e idear «à moderna» pelo contacto com André Soares, o introdutor desse vocabulário na cidade dos Arcebispos e pela assimilação que fizera de obras impressas de Juste Auréle Meissonier, entre outras, onde circulavam ilustrações que serviram de inspiração ao artista, tornando-se num «dos maiores riscadores de talha de inspiração rococó»³².

O retábulo-mor da igreja de Pombeiro, executado no triénio de 1770-1773, impõe-se dominando todo o topo da capela-mor. É uma excelente peça de madeira de castanho, totalmente dourada, onde se destaca a policromia do estofado das imagens dos santos que o mesmo suporta: S. Bento, Santa Escolástica, e no nicho central a imagem medieval de Nossa Senhora com o Menino. Na sua estrutura destacam-se duas colunas em cada um dos lados, que suportam o entablamento e remate da máquina retabular, e enquadram o imponente trono eucarístico. Recorde-se que o trono eucarístico, de forma piramidal escalonada, é um componente exclusivo do retábulo português que domina a organização do retábulo-mor desde o início do século XVIII, impondo-se como concretização do ideário tridentino³³. O topo dessa estrutura, o centro visual do retábulo, servia para a exposição do Santíssimo Sacramento. No retábulo de Pombeiro, Frei José Vilaça valoriza esse ponto fulcral da máquina retabular, vazando a parede e colocando, em contra-luz, raios de sol, permitindo que o Santíssimo Sacramento se apresentasse aos fiéis suspenso em luz. Essa composição altamente engenhosa é reveladora da genialidade de Vilaça.

Dentre as inúmeras capelas-mores para as quais Frei José Vilaça concebeu o retábulo, o de Santa Maria de Pombeiro impõe-se pelo brilhante equilíbrio entre formas lineares e sinuosas, artefacto decorativo rococó e formas assimétricas, resultando uma composição sóbria e elegante. Embora de menores dimensões que o retábulo do mosteiro de Refóios (Cabeceiras de Basto), é considerado pelo próprio artista como a melhor peça que até então tinha feito. Corresponde à fase de maturidade de Vilaça. É, sem dúvida, a obra mais representativa do que se convencionou chamar de primeira fase, ou primeiro estilo do artista. O desenho da peça afirma-se como o resumo depurado da sua formação: «o mais íntimo na composição, elegante nos pormenores, de um profundo sentido linear que lhe proporcionou finalizar a sua primeira fase de uma forma apoteótica, na nossa opinião, onde as escolas francesa (Meissonier) e a alemã se fazem sentir, além de André Soares, como é óbvio, mas, acima de tudo, as suas originalidades



29. Capela-mor. O retábulo, executado entre 1770 e 1773, é da autoria de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça.

31 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – «Vilaça, Frei José de Santo António Ferreira». In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. 1989, pp. 527-530.

32 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - ALVES, Natália Marinho Ferreira – «De arquitecto a entalhador. Itinerário de um artista nos séculos XVII e XVIII». In *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*. Vol. I, Porto: Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, p. 366.

33 MARTINS, Fausto Sanches – «Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português: Origem, Função, Forma e Simbolismo». In *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*. Vol. I. Porto: Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, p. 20.

numa plasticidade e dinamismo incomparáveis»³⁴. A decoração rococó da capela-mor completa-se com as molduras das janelas e das pinturas da *Anunciação* e da *Visita a Santa Isabel*, como com o espaldar do cadeiral, e com dois tronos caprichosos dispostos um de cada lado desse espaço.

Segundo Robert Smith, Frei José de Santo António Ferreira Vilaça pretendeu transformar a capela-mor da igreja de Pombeiro num sumptuoso salão de tipo francês, ladeado de elegantes bancos encostados a um lambrim de madeira policromada, e por cima emolduradas caprichosamente, janelas e quadros lembram, segundo o autor, os espelhos desses salões³⁵. A fonte de inspiração, essa sim, retirada das gravuras que circulavam nos livros, eram imagens que recriavam ambientes palacianos. Essa observação está longe das intenções de Vilaça. Na origem esse tipo de decoração era empregue no requinte de salões palacianos, todavia o artista arquitecto-escultor adaptou esse requinte estético ao espaço sacro, obrigando a capela-mor a assumir a roupagem rococó, porventura, mais frívola e mundana que a magnanimidade e sumptosidade do barroco, mas na essência um espaço sacro.

Da segunda fase artística de Frei José Vilaça, que se inicia na década de setenta, são já os retábulos das naves laterais da igreja, onde se impõe um estilo mais linear e de valorização de componentes arquitectónicos, embora com apontamentos decorativos do mais puro rococó.

Executado o retábulo-mor, os monges de Pombeiro continuam a transformação da sua igreja, substituindo agora os retábulos das naves. No ano de 1776 vendem dois retábulos do corpo da igreja, e no ano seguinte colocam quatro novos retábulos, feitos à moderna.

O conjunto é formado por quatro retábulos, dois pares de diferente risco, que estão longe de representar o melhor desta segunda fase de Frei José Vilaça. Os dois primeiros foram executados no triénio de 1774-1777³⁶, sendo o do lado do Evangelho dedicado a Nossa Senhora e o correspondente do lado da Epístola a Santo António. O outro conjunto foi realizado em 1777-1778, e têm as invocações de *Nossa Senhora das Dores e Cristo Crucificado e Almas*, respectivamente. Nestes, emerge uma linguagem mais classicizante, onde surgem as colunas em imitação de lápis-lazúli, e a policromia marmoreada. Os Estados referem «*que se dourarão e pintarão de mármore os dois Altares da Senhora das Dores, e Santo Christo*», no ano de 1786³⁷.

De bela integração no espaço da igreja estão dois púlpitos, dispostos frente-a-frente, em cada um dos lados da nave central. Duas peças em madeira dourada e policromada, datadas dos anos de 1776-1777, e que seguem o clima artístico deste interior rococó, ilustram o peso da pregação no ritual litúrgico deste mosteiro. À entrada da igreja, no primeiro tramo da nave central e dianteiro à capela-mor, situa-se o coro alto, outro componente imprescindível do espaço sacro monástico. Era aí que os religiosos se dirigiam várias vezes durante dia para, e de acordo com o postulado na Regra de S. Bento, rezarem os ofícios divinos, contemplando a capela-mor do templo. Cadeiral e órgão são peças fundamentais que compõem o coro.

Uma estrutura em talha dourada, de requintado desenho, cobre os dois pilares e sobe definindo uma rendilhada guarda, onde as formas ondulantes, vegetalistas e elementos arquitectónicos se cruzam com

34 RODRIGUES, José Carlos Meneses – *Retábulos no Baixo Tâmega e no Vale do Sousa (séculos XVII-XIX)*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 330-337.

35 SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, escultor beneditino do século XVIII*. Vol. II. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, p. 490.

36 IDEM, *ibidem*, pp. 416-417.

37 IDEM, *ibidem*, pp. 457-458.



30. Claustro. Adoptando um gosto neoclássico, a reforma do claustro decorria ainda no primeiro quartel do séc. XIX.



31. Claustro.

anjos e traduzem o repertório rococó. A mesma unidade estilística se encontra no cadeiral, testemunhada tanto nos espaldares de fina decoração vegetalista, como na estante.

Desde a Idade Média que a música está associada à prática litúrgica das unidades monásticas. Do canto gregoriano evolui-se para a polifonia que caracteriza os tempos barrocos. Em Portugal, como no resto da Europa, o instrumento que melhor caracteriza a sonoridade barroca é o órgão, e desde a formação da Congregação dos Monges Negros de S. Bento em Portugal, que todos os mosteiros beneditinos são dotados desse instrumento musical³⁸. Se os monges se tornaram excelentes profissionais na arte da organaria, também o foram reputados organistas. Quase todas as unidades monásticas dispunham de mais de um religioso com o ofício de «monge organista». Em Pombeiro contavam-se dois.

Naturalmente que essa modernização do velho espaço sacro de Pombeiro passou também para aquisição de novo órgão para o coro monástico. Os *Estados do Mosteiro* registam, no ano de 1770 que «*Anda se fazendo a Caixa do órgão o qual esta em bons termos para se principiar a acentar. Esta o órgão quazi feito em Guimarães para se conduzir para o que fica aplicado algum dinheiro para a conta do ajuste*»³⁹. No ano de 1783 já o novo órgão estava instalado e era considerado «*hum dos melhores que tem a ordem*». À execução do órgão de Pombeiro está associado o nome do organeiro de Guimarães, D. Francisco António Solla.

O arranque dos tempos Modernos é assinalado com reconstrução das velhas sacristias. A sumptuosidade com que eram celebrados os ofícios litúrgicos e o rol infinito de paramentaria e alfaias de mate-

38 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – «O órgão do Mosteiro Beneditino de Pombeiro – (Felgueiras)». Sep. da *Revista de História*. Vol. XIII. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1995, pp. 119-130.

39 IDEM, *ibidem*, pp. 119-130.



32. Fachada do Mosteiro, reformado na Época Moderna e Cruzeiro.

rais nobres, sinónimo do desafogo económico e material da instituição, justificam a criação de espaços mais amplos. Por outro lado, a preparação do ritual litúrgico, dentro do normativo tridentino, exigia do celebrante uma preparação prévia antes de se deslocar para o altar onde era celebrada publicamente a eucaristia. Assim, a par dos armários, arcazes, onde se guardavam os objectos cultuais, as sacristias adquirem altares onde o celebrante podia, em acto de penitência individual preparar-se para o sacrifício da missa. Pombeiro seguiu esta mesma linha tangencial ao universo sacro português.

Sabe-se que a sacristia era, no ano de 1568, *uma sacristia pequena com armários velhos de gavetas onde se encontram alguns objectos litúrgicos*. Pouco tempo depois, ainda antes de dobrado o século de quinhentos, aquela ante-câmara da liturgia barroca foi alvo de uma reconstrução, que lhe ditou a forma que ainda hoje apresenta. Para tanto foi construída uma sala, de planta rectangular e pé direito baixo, cuja espacialidade é timbrada por um conjunto de cinco colunas da ordem jónica dispostas sobre envasamento, que correspondem na parede de topo, a outras tantas pilastras do mesmo sistema arquitectónico, que servem para criar na parede uma tríplice arcada, onde foram colocados retábulos. Dessa sala, que mantém actualmente a espacialidade original, a decoração e os objectos que compõem a sacristia são já da segunda década do século XIX, uma das derradeiras intervenções no centenário conjunto monástico. Os tempos de extinção aproximavam-se velozmente. No ano de 1819, os Estados registam que se havia comprado novo recheio para a sacristia *«fizerão-se para a mesma tres retábulos por assim o pedir para a estrutura da antiga sacristia, e comprarão-se para estes dois magníficos quadros do Gram Vasco, e fez o terceiro Joaquim Rafael, assim como fez hum outro para ficar correspondente à janella»*⁴⁰.

Os três retábulos com telas de temática cristológica – o central *Cristo na Cruz*, ladeado pelo *Descimento*, e *Cristo a caminho do Calvário* – acusam uma estrutura neoclássica, como igualmente o arcaz que os enquadram.

Mais uma vez a transformação articulando uma espacialidade depurada, de raiz maneirista, com uma ambiência neoclássica proporcionada pelas artes de interior.

Passado e presente em diálogo e harmonia é a grande lição que os monges de Pombeiro nos transmitiram através da harmonização das arquitecturas, a renovados equipamentos litúrgicos, onde emergiam vocabulários artísticos mais modernos.

Em 1822 continuavam as obras no claustro, que nunca chegou a ser terminado, bem como as dependências envolventes. Na obra que subsiste nota-se um gosto marcado pelo vocabulário neoclássico. [MJMR]

3. O Mosteiro e a cerca no século XIX

Depois da extinção das Ordens Religiosas masculinas em Portugal, em 1834, procedeu-se à inventariação de todo o património monástico, com o objectivo de registar os bens móveis e imóveis. A realização de inventários por parte do Ministério das Finanças veio permitir a venda em hasta pública ou a confiscação, para uso do Estado.

No Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, o processo de desamortização travaria as obras de reedificação do espaço monástico, iniciadas após o incêndio provocado pelo saque das invasões francesas.

40 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – «O Mosteiro de Pombeiro e os beneditinos nas origens de Felgueiras». *Felgueiras – Cidade*. Ano 1, nº 1. Felgueiras: Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Felgueiras, Junho de 1993, pp. 41-52.

Este processo originou a fragmentação de todo o património religioso que se encontrava nas mãos dos beneditinos de Pombeiro, contribuindo de modo acelerado para delapidação de livrarias e cartórios, para a ruína e/ou transformação das dependências monásticas alterando a função inicial do edifício e para a alteração do património fundiário do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro.

Com base nos fundos documentais⁴¹ existentes, foi possível reconstituir a memória do conjunto monástico de Pombeiro e das propriedades que constituíam o seu Couto.

O inventário dos bens imóveis de Pombeiro incide nas várias dependências que o constituíam, como o refeitório, o hospício, a cozinha, o forno, o claustro, a casa de madeira no claustro, o celeiro, o cartório, a rouparia, a enfermaria, o refeitório dos frades, o refeitório da hospedaria, as louças e pratos, a *dispença*, as *logeas* da adega, os utensílios da lavoura, as dívidas activas, as dívidas passivas, os encargos dos legados pios, a casa do convento, os prédios rústicos e urbanos, as cercas de dentro e de fora.

A igreja de Santa Maria de Pombeiro, parte do edifício monástico e o pomar, foram requeridos pela Câmara de Felgueiras⁴². Uma parte foi atribuída à freguesia, e outra cedida ao Prior para sua residência e exploração agrícola do pomar. Grande parte dos bens móveis como utensílios de cozinha, ferramentas, alfaias agrícolas, vestuário, pratos, e outros, foi arrematada em hasta pública.

O extenso espólio bibliográfico da livraria foi dividido em categorias (*theologia*, *seremonarios*, livros de direito, *sciencias*, direito canónico e história em geral) procedendo-se à transladação de todos os livros, *titullos*, pergaminhos e mais *papéis* deste cartório inventariado para o extinto Convento de São Francisco de Guimarães⁴³.

Um outro elemento fundamental do inventário nº 312 do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro são as informações sobre a cerca, bem como a referência aos produtos agrícolas aí explorados.

O espaço da cerca monástica define-se como lugar de privacidade, intimidade, aconchego do corpo e espírito, onde o sentimento de colectividade dos monges beneditinos estava resguardado, longe das tentações e vícios estimulados pela vida profana do mundo externo. Afirma-se como um conjunto de espaços construídos, destinados ao trabalho e ao lazer do espírito na natureza recriada.

A cerca é um espaço sectorial, com diferentes áreas de exploração agrícola, estruturando-se em espaço de produção agrícola, com hortas, pomares, espaços de criação de animais (geralmente separados por valas de drenagem). Podem existir ainda outros tipos de edificações de apoio como enfermarias, oficinas, lagares e represas. A estrutura de recreio com pequenas hortas, pomares e jardins, equipamentos relacionados com o uso da água, tal como fontes, tanques ornamentais, regatos e poços, tinha ainda outros tipos de edificações e equipamentos de lazer, como as casas de fresco, de jogos e os mirantes. Os edifícios de função devocional como capelas e oratórios estavam incluídos na área da cerca.

Para além destas estruturas que compunham a cerca de Pombeiro, esta era dividida em cerca de dentro e cerca de fora. A primeira localizava-se em torno do complexo monástico, de menor dimensão, caracterizando-se por constituir um espaço edificado, onde existia uma casa sobradada, com alpendre, eira, um espigueiro e um palheiro. Integrava ainda uma área agrícola ocupada por um pomar fechado, sobre o terreiro do Mosteiro, com fruteiras de caroço de diversas espécies, vinhas, oliveiras, hortas, lameiros e prados.

A cerca de fora ocupava uma área mais vasta, circundada por muros, compreendendo terrenos de cultivo, pinhal, soutos, olival, pomar de frutos de espinho, hortas, lagares de azeite, eiras e construções destinadas à criação de gado⁴⁴.

41 IAN/TT, MF/Finanças, cx. 2244, inventário nº 312, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro. ADB – Congregação de S. Bento (CSB) vols. 319 a 320A)

42 IDEM, *ibidem*.

43 IDEM, *ibidem*.

44 IDEM, *ibidem*.

3.1. Restauro e conservação

Classificado como Monumento Nacional, em 23 Junho de 1910, o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro viria a receber várias campanhas de restauro, sendo de destacar dois momentos cruciais, que reflectem diferentes políticas de intervenção. De 1958 a 1987, as obras estiveram sob a orientação da DGEMN; de 1993 a 2006 as obras estiveram a cargo do IPPAR. [MB]

- 1958 – Reconstrução dos telhados da igreja;
- 1960 – Reparação de telhados;
- 1961 – Construção da cúpula do zimbório e reparação das coberturas;
- 1962 – Reconstrução do telhado da nave lateral esquerda;
- 1963 – Reconstrução dos telhados das naves laterais;
- 1964 – Consolidação da abóbada da capela-mor;
- 1965 – Reconstrução de estuques de vários pontos dos tectos da capela-mor, nave e absidiolos e reparações ligeiras nos telhados;
- 1969 – Beneficiação da cobertura;
- 1971 – Desmonte, pintura, restauro e colocação do cata-vento da torre do lado sul e limpeza e reparação geral dos telhados;
- 1974 – Escoramento da sacristia em perigo de desmoronamento e limpeza e reparação dos telhados;
- 1975 – Conservação, apeamento e reconstrução das paredes escoradas nas fachadas nascente e poente do corpo da sacristia e reparação da cobertura;
- 1976 – Diversos trabalhos;
- 1977 – Novas coberturas na zona do zimbório e capela-mor e reparação de portas;
- 1978 – Reparações diversas, drenagem e revisão de rufos, caleiras e tectos;
- 1979 – Reparação de tectos e trabalhos de beneficiação;
- 1981 – Reparação da ala do claustro adossada à igreja;
- 1982 – Diversos trabalhos de recuperação;
- 1983 – Beneficiação de coberturas e pavimento do claustro;
- 1986 – Beneficiação do zimbório;
- 1987 – Drenagens, isolamentos de pavimentos e beneficiações.
- 1993 – Recuperação de coberturas;
- 1994/1995/2006 – Reabilitação e recuperação das fachadas, coberturas da igreja, coro-alto e torres sineiras, drenagem exterior;
- 1997/1998/1999 – Trabalhos arqueológicos;
- 1998/1999 – Trabalhos de restauro no oratório do primeiro piso das dependências monásticas, obras de recuperação da ala poente e restauro da sacristia;
- 2004/2007 – Trabalhos arqueológicos.

Cronologia

1059 – Fundação do Mosteiro, segundo a tradição;

1099 – Mais antiga referência documental do Mosteiro;

1102 – D. Gomes Echiegues e sua mulher Gontroda assinam uma carta de doação a favor do Mosteiro;

1112 – É concedida a Carta de Couto ao Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro;

1199 – Data inscrita num silhar embutido, no lado da Epístola, junto da porta de acesso ao claustro. Trata-se de uma epígrafe de carácter funerário que remete para D. Gonçalo, um abade que teve um papel importante no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, fundando algo [«Qui Fundavit...»]. Este epitáfio poderá indicar o arranque da fábrica românica de Pombeiro;

1252/1276 – Governo do Abade Rodrigo, tendo-se atingido nesses anos o auge arquitectónico da estrutura medieval do Mosteiro;

1427 – Início da governação por abades comendatários;

1526-1556 – Abaciado de D. António de Melo;

1500-1530 – Data aproximada do programa de pintura mural que revestia parte do interior da igreja; Desta campanha restam hoje alguns fragmentos patentes nos absidiolos, e também num arco desentaipado na parede da nave no lado sul;

1566 – É criada a Congregação dos Monges Negros de São Bento de Portugal;

1568 – As principais estruturas do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro encontravam-se muito arruinadas. Só a igreja apresentava alguma nobilitação artística;

1569 – Em 14 de Setembro o Mosteiro é integrado na Congregação Beneditina;

1584 – Realiza-se em Pombeiro o 5º Capítulo Geral da Congregação Beneditina;

1589 – Realiza-se uma Visitação ao edifício, por ordem de Filipe II, a qual conduz à reforma do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro;

1589 – Frei Bernardo de Braga é eleito como abade trienal do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, iniciando-se com esta nomeação o sistema trienal de eleição dos abades;

1629 – Segundo a documentação, neste ano estavam já erguidas as torres da fachada;

1719 – Em Março deste ano é lançada a primeira pedra da Capela de Santa Quitéria, que se ergueu sobre a Ermida de São Pedro, estando ela na dependência do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro;

1719/1722 – Entre 1719 e 1721 decorre o trénio governado por Frei Bento da Ascensão, o qual inicia o processo de reforma com vista à modernização barroca do Mosteiro; Decorrem obras na fachada principal e também na cabeceira da igreja do Mosteiro;

Década 1760 – Arranque das obras de beneficiação da igreja que lhe viriam a conferir um ambiente de gosto rococó;

1770/1773 – Durante este triénio a capela-mor é totalmente reconstruída, sendo a máquina retabular correspondente ao altar-mor executada durante esses anos; De acordo com a documentação, em 1770 fazia-se a caixa do órgão para a igreja do Mosteiro, o qual estava na altura a ser concluído em Guimarães; Intervenção do artista Frei José de Santo António Ferreira Vilaça;

1776 – Continua a transformação da igreja. Os retábulos laterais da igreja são vendidos.

Inicia-se a execução dos púlpitos, colocados frente a frente, na nave central da igreja, sendo esses terminados no ano seguinte;

1777/1780 – No ano de 1777 são colocados no lugar dos retábulos antigos novas estruturas feitas à moderna. Neste período executam-se mais dois retábulos laterais;

1783 – Já estava colocado o órgão da igreja do Mosteiro, o qual era então considerado como «hum dos melhores que tem a Ordem»;

1809 – Em 13 de Maio, deflagra no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro um grande incêndio que viria a destruir grande parte da área da comunidade, apenas saindo ileso da calamidade a igreja;

1819 – Neste ano, e na sequência da campanha iniciada após a catástrofe que atingira o Mosteiro anos antes, ocorrem obras de reconstrução da área da comunidade do Mosteiro: constrói-se a casa do Capítulo, a livraria, a hospedaria, as tulhas, entre outros; Compra de novo recheio para a sacristia;

1822 – Continuavam as obras no claustro, o qual nunca viria a ser concluído;

1834 – Início do processo da extinção das ordens religiosas em Portugal;

1910 – A 23 de Junho, o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro é classificado como Monumento Nacional;

1958/1987 – Durante estes anos decorrem obras, sob a orientação da DGEMN com vista ao restauro das várias componentes do conjunto, as quais incidiram sobretudo na igreja;

1993/2006 – Realização de trabalhos de reabilitação e recuperação de diversas estruturas, sob a direcção do IPPAR.